

ANO I - EDIÇÃO Nº 11 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 28 de março de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 193/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins;

RESOLVE:

Art. 1º ADMITIR Ederjofre Victor de Castro Aguiar como prestador de serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, na 6ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, nos seguintes dias da semana: segunda à sexta-feira, período vespertino, a partir de 23 de fevereiro de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 194/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar nº 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR a servidora NEILA SOARES CARVALHO SILVA, matrícula nº 83908, para, em substituição, exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 16 de dezembro de 2015 a 14 de março de 2016, durante o afastamento da titular do cargo Nilza das Graças Silva.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 195/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições legais e considerando a anuência dos Promotores de Justiça da Comarca de Araguaína Sidney Fiori Júnior e Benedicto de Oliveira Guedes Neto, firmada por meio do Ofício nº 044/2016, de 15 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º ESTABELECEER lotação provisória à servidora

VIVIANE DE ANDRADE FRANCO GUEDES, Analista Ministerial - Especialidade Ciências Jurídicas, matrícula nº 125514, na 3ª Promotoria de Justiça de Araguaína – TO, no período de 15 a 25 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2015.0701.00354

ASSUNTO: Homologação de Procedimento Licitatório, para formação de Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de materiais de expediente e ensino.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 096/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 4, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, devidamente cumpridos os requisitos previstos no inciso VI do art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02, no Decreto Federal nº 7.892/2013, bem como nos Atos PGJ nos 077/2007 e 014/2013, e considerando as manifestações favoráveis proferidas no Parecer Administrativo nº 30/2016, fls. 590/592, oriundo da Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 20/2016, fls. 593/595, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, referentes ao procedimento licitatório para formação de Ata de Registro objetivando a aquisição de materiais de expediente e ensino, visando aquisições futuras, destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, que ocorreu na modalidade Pregão Presencial do tipo Menor Preço por Item, sob a forma de Registro de Preços, conforme Pregão Presencial nº 006/2016, HOMOLOGO o resultado do dito certame, no qual foram adjudicadas as propostas das seguintes empresas licitantes vencedoras: L. R. DOS REIS – itens 01 a 13, 15 a 19, 21 a 30, 32, 33, 35 a 39 e 41 a 47; O & M MULTIVISÃO COMERCIAL LTDA – itens 14, 20, 31 e 40; R/C CARTUCHOS, INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA – itens 34 e 48, em conformidade com a Ata de Abertura da Sessão Pública, acostada à fl. 465/476, do Pregão Presencial em referência, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e Proposta de Preço acostada às fls. 573/588. Determino a lavratura da respectiva Ata de Registro de Preços. Sigam-se os ulteriores termos.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 047/2015 (SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO).

INTERESSADA: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 097/2016 - Nos termos que faculta a Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, e devidamente cumpridos os requisitos previstos no Decreto Federal nº 7.892/13, que, consoante disposição do Ato PGJ nº 14/2013, se aplica no Ministério Público do Estado do Tocantins e considerando a

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procurador de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

solicitação consignada no Ofício nº 24/2016/DIALP, de 10 de março de 2016, da lavra do Comandante Geral Dodsley Yuri Tenório Vargas – CEL QOBM, bem como as informações constante do MEMO Nº 044/2016 - C.P.L./P.G.J, de 21 de março de 2016, a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na qualidade de Órgão Gerenciador da em referência, respeitado o limite de adesão fixado no § 4º do Decreto Federal nº 7.892/13, AUTORIZO a adesão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins à Ata de Registro de Preços nº 047/2015 (SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM E ALIMENTAÇÃO), NA ÍNTEGRA (todas as linhas do seu item único e suas respectivas quantidades), mediante autorização pelo Ordenador de Despesas solicitante e comprovada nos autos a vantajosidade econômica da adesão, a indicação de recursos e a anuência do respectivo FORNECEDOR REGISTRADO, observando que a aquisição ou contratação pretendida deverá ser efetivada em até noventa dias, conforme prazo de vigência na Ata, nos termos do art. 22, § 6º do Decreto Federal nº 7.892/13.

Encaminhe-se os presentes documentos à Comissão Permanente de Licitação para os procedimentos de praxe.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 22 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

TERMO DE APOSTILAMENTO DE REAJUSTAMENTO DE PREÇOS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 003/2012 – CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA OI S.A.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, considerando a documentação acostada no processo administrativo em epígrafe e acolhendo a justificativa colacionada, resolve APOSTILAR o Contrato nº 003/2012, ficando reajustado o pacto, firmado em 19 de janeiro de 2012.

Processo nº 201/0701/000270

CONTRATADO: OI S.A. CNPJ nº 76.535.764/0001-43

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de conexão à internet de acesso rápido, conforme discriminação prevista nos Anexos II (Termo de Referência) e III (Das especificações técnicas e da localidade), do Edital do Pregão Presencial nº 040/2011, Processo administrativo nº 2011.0701.0000270, parte integrante do presente instrumento.

Embasamento legal: Cláusula sexta parágrafo único do Contrato nº 003/2012 combinado com parágrafo 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

VALOR REAJUSTADO DO CONTRATO			
ITEM 01			
Especificações Técnicas	Localidades	Valor mensal	
		Atual	Reajustado
LINK DEDICADO de 100MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Sede da Procuradoria Geral de Justiça em Palmas	R\$ 19.928,60	R\$ 23.571,55
VALOR TOTAL MENSAL		R\$ 23.571,55	
VALOR TOTAL 12 MESES		R\$ 282.858,60	

ITEM 02			
Especificações Técnicas	Localidades	Valor mensal	
		Atual	Reajustado
LINK DEDICADO de 2MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda Palmas (Diretoria de Inteligência)	Sede da Procuradoria Geral de Justiça em Palmas	R\$ 1.980,92	R\$ 2.343,03
VALOR TOTAL MENSAL		R\$ 2.343,03	
VALOR TOTAL 12 MESES		R\$ 28.116,36	

ITEM 03			
Especificações Técnicas	Localidades	Valor mensal	
		Atual	Reajustado
LINK DEDICADO de 8MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Araguaína	R\$ 4.448,18	R\$ 5.261,31
	Promotoria de Gurupi	R\$ 4.448,18	R\$ 5.261,31
VALOR TOTAL MENSAL		R\$ 10.522,62	
VALOR TOTAL 12 MESES		R\$ 126.271,44	

ITEM 04			
Especificações Técnicas	Localidades	Valor mensal	
		Atual	Reajustado
LINK DEDICADO de 4MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Paraíso do Tocantins	R\$ 2.200,42	R\$ 2.602,66

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP

LINK DEDICADO de 4MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Porto Nacional	R\$ 2.200,42	R\$ 2.602,66
LINK DEDICADO de 4MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Miracema	R\$ 2.200,42	R\$ 2.602,66
LINK DEDICADO de 4MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Guaraí	R\$ 2.200,42	R\$ 2.602,66
LINK DEDICADO de 4MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Promotoria de Colinas do Tocantins	R\$ 2.200,42	R\$ 2.602,66
VALOR TOTAL MENSAL		R\$ 13.013,30	
VALOR TOTAL 12 MESES		R\$ 156.159,60	

Especificações Técnicas	Localidades	Valor mensal	
		Atual	Reajustado
		LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	1ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	2ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	3ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	4ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	5ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	6ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	7ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	8ª localidade - P.J. fora da sede em Palmas	R\$ 1.154,55	R\$ 1.365,60
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Araguatins	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Arraias	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Dianópolis	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Pedro Afonso	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Taguatinga	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Tocantinópolis	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Alvorada	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Ananás	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 512 Kbps com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Araguaçu	R\$ 890,08	R\$ 1.052,79
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Augustinópolis	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Colmeia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Cristalândia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Filadélfia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Formoso do Araguaia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 512 Kbps com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Itaguatins	R\$ 890,08	R\$ 1.052,79
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Miranorte	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Natividade	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Palmeirópolis	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Peixe	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Xambioá	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Almas	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Araguacema	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 512 Kbps com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Axixá	R\$ 890,08	R\$ 1.052,79
LINK DEDICADO de 512 Kbps com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Paraná	R\$ 890,08	R\$ 1.052,79
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Novo Acordo	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 512 Kbps com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Goiatins	R\$ 890,08	R\$ 1.052,79
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Itacajá	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Pium	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Ponte Alta	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Tocantínia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Arapoema	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Figueirópolis	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Wanderlândia	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
LINK DEDICADO de 1MBPS com 4 (quatro) IPs fixos e 100% da Banda	Aurora	R\$ 1.194,36	R\$ 1.412,69
VALOR TOTAL MENSAL		R\$ 57.156,76	
VALOR TOTAL 12 MESES		R\$ 685.881,12	

VALOR DA CONTRATAÇÃO REAJUSTADO A PARTIR DA FATURA DE 19/01/2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de março de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUATINS

EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N. 02/2016/2ªPJ/Araguatins

COMARCA: Araguaatins

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 2ª Promotoria de Justiça

INQUÉRITO CIVIL Nº 02/2016/2ªPJ/Araguatins

Data da Instauração: 15/03/2016

Parte: Município de Araguaatins

Objeto: Apurar as condições de atendimento, funcionamento e salubridade do Hospital Municipal de Araguaatins, que ostentaria deficiências crônicas nestes aspectos.

Promotor de Justiça: Décio Gueirado Júnior

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GUARAÍ

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 12/2016.

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 13/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: averiguar se os cargos comissionados existentes no âmbito do Município de Fortaleza do Tabocão-TO destinam-se às atribuições de direção, chefia e assessoramento, conforme preconiza o artigo 37, inciso V, da Constituição Federal.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL (10219).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 17 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 13/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 17/2009.

FATO(S) EM APURAÇÃO: possível contaminação do lençol freático pelas atividades da Estação de Tratamento de Esgoto Guarazinho, em Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110)/ RECURSOS HÍDRICOS (900023)/ SANEAMENTO (900027).
INTERESSADO(S): Odebrecht Ambiental/Saneatins e a coletividade.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 14/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 05/2010.

FATO(S) EM APURAÇÃO: garantia de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência e com mobilidade reduzida em logradouros, espaços públicos e edifícios de uso público do Município de Guarai-TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ GARANTIAS CONSTITUCIONAIS (9986)/ PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (900032)/ ACESSIBILIDADE (900035).

INTERESSADO(S): Município de Guarai/TO, Ildefonso Domingos Ribeiro Neto e Zoraidionor Ferreira de Almeida.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 15/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 07/2010.

FATO(S) EM APURAÇÃO: ocorrência de supostas irregularidades no âmbito do Hospital Regional de Guarai/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ SERVIÇOS (10028)/ SAÚDE (10064); HOSPITAIS E OUTRAS UNIDADES DE SAÚDE (900113).

INTERESSADO(S): Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, Hospital Regional de Guarai e a coletividade.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 16/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República

Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 01/2012.

FATO(S) EM APURAÇÃO: suposta realização de licitações fraudulentas, em especial nas obras de construção de passeios públicos, ampliação do Posto de Saúde, construção da Escola Municipal, construção da Ponte sobre o Rio Tabocão, drenagem profunda, sarjetas e galerias na Alameda dos Buritis, além da falta de licitação para a realização do Festejo de Senhor do Bonfim, em Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ DANO AO ERÁRIO (10012)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ LICITAÇÕES (10385).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 17/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 03/2012.

FATO(S) EM APURAÇÃO: venda e doação de lotes públicos sem observância das formalidades legais, inclusive utilizando-os para pagamento de dívidas, além de afronta à Lei de Parcelamento de Solo Urbano, no Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ DANO AO ERÁRIO (10012)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 18/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 05/2012.

FATO(S) EM APURAÇÃO: irregularidades na aplicação dos recursos do FUNDEB no Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ DANO AO ERÁRIO (10012)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ SERVIÇOS (10028)/ ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO (10051).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 19/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 02/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: suposto ato de improbidade cometido pelo então Prefeito de Fortaleza do Taboão/TO, Flávio Soares Moura Filho, consistente em contratação de servidores temporários em detrimento de candidatos aprovados em concurso público.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL (10219)/ CONCURSO PÚBLICO / EDITAL (10370).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Taboão/TO, Flávio Soares Moura Filho, Ana Paula Sousa da Silva, Maria Neuda Sousa dos Reis e Joelma Francisca de Almeida.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 20/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 02/2014.

FATO(S) EM APURAÇÃO: suposto ato atentatório ao meio ambiente e por conseguinte à saúde pública, consistente em retirada irregular de "saibro" contaminado de um lixão, em Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO e Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil da Comarca de Guaraí/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 21/2016.

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 04/2014.

FATO(S) EM APURAÇÃO: situação dos loteamentos existentes no Município de Guaraí/TO e seus impactos ambientais.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ MEIO AMBIENTE (10110)/ ORDEM URBANÍSTICA (900131)/ PARCELAMENTO DO SOLO (900018).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO e Conselho Administrativo Municipal de Guaraí.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 22/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 05/2014.

FATO(S) EM APURAÇÃO: falta de Plano Diretor no Município de Guaraí/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ORDEM URBANÍSTICA (900131)/ DOMÍNIO PÚBLICO (10088)/ ORDENAÇÃO DA CIDADE/ PLANO DIRETOR (10109).

INTERESSADO(S): Município de Guaraí/TO e Conselho Administrativo Municipal de Guaraí.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 18 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 23/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 07/2014.

FATO(S) EM APURAÇÃO: fraude em procedimento licitatório e inserção de dados falsos em notas fiscais de prestação de serviços, no âmbito do Município de Fortaleza do Taboão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ DANO AO ERÁRIO (10012)/ ENRIQUECIMENTO ILÍCITO (10013)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ LICITAÇÕES (10385).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Taboão/TO e Arestides Borges.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guaraí/TO, 21 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 24/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guaraí – Fernando

Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 01/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: ocorrência de suposto ato de improbidade administrativa, atribuído ao Prefeito de Fortaleza do Tabocão/TO, Flávio Soares Moura Filho, consistente em contratação de servidores temporários em detrimento de candidatos aprovados em concurso público.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014)/ SERVIDOR PÚBLICO CIVIL (10219)/ CONCURSO PÚBLICO / EDITAL (10370).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO, Ednaldo Salustriano Rodrigues Sales e Flávio Soares Moura Filho
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 21 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 25/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 06/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: prática, em tese, de atos de improbidade administrativa, supostamente perpetrados pelo médico ginecologista Sebastião Ferreira Paes Neto, o qual no exercício de função pública no Posto de Saúde do Município de Fortaleza do Tabocão/TO teria abusado sexualmente de pacientes.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO e Sebastião Ferreira Paes Neto.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 21 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 26/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 11/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: atraso no pagamento dos salários dos servidores públicos do Município de Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ ATOS ADMINISTRATIVOS (9997)/ IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA (10011)/ DANO AO ERÁRIO (10012)/ VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS (10014).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO, Flávio Soares Moura Filho, Wilson Valdesir Marin Júnior e Manoel Carlos Pinto.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 21 de março de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 3ª Promotoria de Justiça de Guarai, torna pública a instauração do presente inquérito civil público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º: 27/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Guarai – Fernando Antonio Sena Soares.

FUNDAMENTOS: art. 129, II e III, da Constituição da República Federativa do Brasil; art. 26, I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; e art. 61, I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08.

ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 13/2015.

FATO(S) EM APURAÇÃO: falta de atendimento médico no Centro Municipal de Saúde Dr. Pedro Zanina, em Fortaleza do Tabocão/TO.

ASSUNTO: DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO (9985)/ SERVIÇOS (10028)/ SAÚDE (10064).

INTERESSADO(S): Município de Fortaleza do Tabocão/TO e a Sra. Maria Girlania da Silva.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Guarai/TO, 21 de março de 2016.

6ª PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE GURUPI-TO

EXTRATO DE PORTARIA DE CONVERSÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO EM DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a conversão do Procedimento Preparatório n.º 048/2015, em Inquérito Civil Público n.º 048/2015, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 11/2016

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Gurupi-TO

FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; 2º, Inciso III, §§ 6º e 7º, da Resolução n.º 23/2007, do CNMP e 4º, §§ 3º e 4º Resolução n.º 003/2008, do CSMP.

ORIGEM: De ofício

DOCUMENTO DE ORIGEM: Procedimento Preparatório n.º 48/2015 – 6ª PJ Gurupi-TO

ASSUNTO (CNMP): Direito Administrativo e outras matérias de Direito Público / Garantias Constitucionais / Pessoas com deficiência.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a situação das Escolas particulares situadas no município de Gurupi, no tocante à inclusão dos estudantes portadores de deficiência na rede regular de ensino.

REPRESENTADO: Escolas Particulares situadas no município de Gurupi/TO

ÁREA DE ATUAÇÃO: Cidadania / Saúde Pública

LOCAL E DATA DA CONVERSÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017

9ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE GURUPI

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 04/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA N.º 05/16
INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.
DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 05/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO
ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Medidas de Proteção.
FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar eventual situação de risco e vulnerabilidade sofrida pela adolescente R.A.S (15 anos de idade), a qual está sendo maltratada pelo genitor.
REPRESENTANTES: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi/TO.
REPRESENTADO: Genival Alves dos Santos
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do Inquérito Civil Público n.º 05/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).
PORTARIA N.º 06/16
INVESTIGANTE: Jussara Barreira Silva Amorim, 9º Promotora de Justiça de Gurupi-TO
FUNDAMENTO: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal; 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08; Lei Federal n.º 8.069/90.
DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 02/2016 – 9ª PJ-Gurupi-TO
ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente; Seção Cível; Abuso Sexual; Medidas de Proteção.
FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar suposta prática de abuso sexual e situação de vulnerabilidade contra a criança S.A.D.C (06 anos de idade), quando o mesmo está sob a responsabilidade de sua avó materna, Luzia Abreu Dias.
REPRESENTANTES: Leide Sandra Abreu Dias da C. Machado, S.A.D.C (menor) e Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi/TO.
REPRESENTADO: Luzia Abreu Dias
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017 (01 ano)

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 07/2016
INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.
FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).
ORIGEM: De ofício.
DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 84/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO.
ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Abuso Sexual (9968) / Medidas de Proteção (11818).
FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de vulnerabilidade contra a criança J.L (08 meses), cujos pais Vanessa Ferreira Campos e Ronaldo S. Carneiro, residentes na cidade de Cariri do Tocantins-TO, seriam usuários de drogas.
REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Cariri do Tocantins-TO.
REPRESENTADOS: Vanessa Ferreira Campos e Ronaldo S. Carneiro.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 08/2016
INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.
FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).
ORIGEM: De ofício.
DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 83/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO.
ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Abuso Sexual (9968) / Medidas de Proteção (11818).
FATO EM APURAÇÃO: Apurar suposta situação de abuso sexual da menor D.V.R (14 anos) pelo pai Balduino Cardoso dos Reis Bonfim e situação de risco dos demais filhos D.S.C (13 anos); D.S.C (10 anos) e D.S.C (03 anos), residentes na cidade de Gurupi-TO.
REPRESENTANTE: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO.
REPRESENTADOS: Neuzimaria Vogado da Silva e Balduino Cardoso dos Reis Bonfim.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 09/2016
INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.
FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei n.º 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei n.º 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 051/08 e, por fim, Lei Federal n.º 8.069/90 (ECA).
ORIGEM: De ofício.
DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato n.º 91/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO.
ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818).
FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de abandono, risco e vulnerabilidade dos infantes K.M.R.B (11 anos de idade); I.M.R.B (09 anos de idade); C.R.B (13 anos de idade), residentes na cidade de Gurupi-TO, cujos pais são usuários de drogas e não têm condições de cuidarem dos filhos.
REPRESENTANTES: Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente de Gurupi-TO e Cariri do Tocantins-TO.
REPRESENTADOS: Neurivan Regis de Miranda e Rosalina Alves dos Reis.
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 15 de março de 2016.
DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 15/03/2017 (01 ano).

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.
PORTARIA N.º 11/2016

INVESTIGANTE: 9ª Promotoria de Justiça de Gurupi-TO.

FUNDAMENTO: artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 26, inciso I da Lei nº 8.625/93; artigo 8º, §1º da Lei nº 7.347/85; artigo 61, inciso I da Lei Complementar Estadual nº 051/08 e, por fim, Lei Federal nº 8.069/90 (ECA).

ORIGEM: De ofício.

DOCUMENTO DE ORIGEM: Notícia de Fato nº 98/2015 – 9ª PJ-Gurupi-TO.

ASSUNTO (CNMP): Direito da Criança e do Adolescente (9633) / Seção Cível (9964) / Medidas de Proteção (11818) / Uso ou Tráfico de Drogas (9971).

FATO EM APURAÇÃO: Apurar situação de risco e vulnerabilidade do adolescente M.A.S.R.B (14 anos de idade), residente na cidade de Gurupi-TO, que é usuário de entorpecentes e necessita de tratamento de drogadição.

REPRESENTANTES: Lilian da Silva Rodrigues e Josefa de Fátima Gomes.

REPRESENTADO: Estado do Tocantins-TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Gurupi-TO, 16 de março de 2016.

DATA PREVISTA PARA FINALIZAÇÃO: 16/03/2017 (01 ano).

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARAÍSO - TO

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 008/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127 caput, 129 inciso III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, inciso IV da Lei Federal nº 7.347/85; artigos 25,º e IV, a, da Lei nº 8.625/93; 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Pugmil To.

INVESTIGADO(S): Município de Pugmil To.

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 009/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput, 129, III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, IV da Lei nº 7.347/85; artigos 25, IV, a, da Lei nº 8.625/93 e 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Divinópolis do Tocantins.

INVESTIGADO(S): Município de Divinópolis do Tocantins.

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 010/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput, 129, III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, IV da Lei nº 7.347/85; artigos 25, IV, a, da Lei nº 8.625/93 e 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Paraíso do Tocantins-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Paraíso do Tocantins-TO.

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 011/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput, 129, III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, IV da Lei nº 7.347/85; artigos 25, IV, a, da Lei nº 8.625/93 e 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Abreulândia-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Abreulândia-TO.

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 012/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput, 129, III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, IV da Lei nº 7.347/85; artigos 25, IV, a, da Lei nº 8.625/93 e 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Monte Santo-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Monte Santo-TO.

EXTRATO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA Nº 013/2016

INVESTIGANTE: 3ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput, 129, III e 227, todos da Constituição Federal; artigo 1º, IV da Lei nº 7.347/85; artigos 25, IV, a, da Lei nº 8.625/93 e 132 e 134, parágrafo único do ECA.

ORIGEM: De ofício.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar informações vindas dos Conselheiros Tutelares de precárias condições de trabalho no Conselho Tutelar do Município de Marianópolis-TO.

INVESTIGADO(S): Município de Marianópolis-TO.

5ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO NACIONAL

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s):

PORTARIA N.: 037/2016-5ª PJP/N

INVESTIGANTE: 5ª Promotoria de Justiça da Comarca de Porto Nacional (TO)

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal n. 8.625/1993;

